

Ata de Reunião

Comitê de Tecnologia da Informação - CTI

Ata nº 10/2015

Data: 08/06/2015 - 13:30 às 17:00 hs

Local: Auditório do 24º andar do Edifício-Sede



**Tribunal Regional do Trabalho
da 2ª Região**

Secretaria de Tecnologia da Informação

Índice

PRESENTES.....	2
PAUTA PREVISTA.....	3
ASSUNTOS DISCUTIDOS.....	3
1. Formato da Ata de reunião.....	3
2. Priorização dos investimentos para o exercício de 2016.....	4
3. Análise dos Projetos do PDTI.....	6
4. Extra- Pauta - Implantação do assinador de documentos no segundo grau de jurisdição.....	6
5. Compliance.....	7
6. Migração do Samba nos Gabinetes	7

PRESENTES

Nome	Lotação
Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves	
Desembargador Paulo José Ribeiro Mota	
Desembargador Roberto Barros da Silva	
Desembargador Antero Arantes Martins	
Desembargadora Cândida Alves Leão	
Ricardo Alex Serra Viana	Diretor da Secretaria da Tecnologia da Informação – SETIN - Substituto
Maria Inês Ebert Gatti	Diretora da Secretaria de Gestão da Informação Institucional (SGII)
Nivaldo Catânia	Diretor da Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira - SCOF
Luis Carlos de Paula Reseck	Secretaria de Controle Interno – CI
Antonio Nunes Pereira	Secretaria de Controle Interno – CI
Larissa Lima Alexandre	Núcleo de Gestão Estratégica e Projetos (NGEP)
Bruno Motta de Andrade	Núcleo de Gestão Estratégica e Projetos (NGEP)
Almir Storck Nunes	Seção de Governança de TI (SGTI) - Substituto
Thelma Arrebola	Secretaria da Tecnologia da Informação - SETIN

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, às dez horas e trinta minutos, no auditório do 24º andar do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, o Comitê de Tecnologia da Informação se reuniu sob a Presidência da Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves com a finalidade de discutir assuntos que dizem respeito à tecnologia da informação.

A Desembargadora Jucirema iniciou a reunião mencionando a satisfação em ter entre os membros do Comitê a Dra. Cândida. Dra. Cândida Alves Leão, que agradeceu o convite.

Em seguida passou a palavra ao Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Setin, para discussão dos seguintes assuntos:

PAUTA PREVISTA

ID	Tópico
1.	Priorização dos investimentos para o exercício de 2016
2.	Análise dos Projetos do PDTI Validação dos Projetos a serem cancelados Apresentação do status atual de cada projeto Definição dos prazos para apresentação, validação e assinatura da documentação dos projetos
3.	Formato da ata de reunião Apresentação dos dois modelos de ata (formato atual em texto corrido e nova proposta, com as informações em formato de tabela)
4.	Compliance
5.	Migração do Samba nos Gabinetes Definição de estratégia

ASSUNTOS DISCUTIDOS

O Diretor Ricardo Viana solicitou uma inversão da ordem da pauta, posto que não obstante o primeiro assunto da pauta da reunião se tratar da Priorização dos investimentos para o exercício de 2016, razão pela qual comparece à presente reunião o Diretor da SCOF, considerou que seria interessante primeiramente tratarem o modelo de ata das reuniões a ser adotado, conforme deliberado na última reunião do Comitê.

1. Formato da Ata de reunião

Foram apresentados dois modelos alternativos. O primeiro modelo apresentado em novo formato, de tabela, teve aceitação de todos os membros, porém, a Dra. Jucirema considerou que apesar de estar satisfeita com esta versão, considera interessante manter os dois formatos, este internamente e o anterior, em texto corrido, apenas para constar no site. Almir esclareceu que não há problema na publicação desta versão em tabela posto que os documentos que constam no DOE, bem como no site, são convertidos em pdf, e desta forma, é possível sua publicação no formato tabela, no entanto, a Dra. Jucirema considerou que não se trata apenas de viabilidade de publicação, mas também o fato de o leitor já estar habituado a ler em texto corrido e por esta razão seria bom manter a publicação neste formato. O Dr. Antero avaliou que trabalhar com duas atas seria complicado e que os leitores se acostumarão com o novo formato de tabela.

Neste momento o Chefe da SGTI Almir sugeriu que a divulgação das atas se desse apenas na transparência no site do TRT e deixassem de efetuar a publicação via Diário Oficial, por questões práticas. O Dr. Antero considerou que dar publicidade apenas na transparência no site poderá gerar problemas com órgãos e conselhos superiores pela ausência de publicidade no DOE, consideração que foi acompanhada pela Diretora da Secretaria de Gestão da Informação Institucional e pelo demais presentes, que aprovaram o formato tabela da nova ata a ser utilizada, a ser divulgada no site e no DOE.

Superada a questão do novo formato, o Chefe da SGTI Almir passou a apresentar o segundo modelo de ata, que observou ser extremamente tabelado. Todos os membros do Comitê o acharam efetivamente demasiadamente tabelado.

Desta forma, por unanimidade, foi aprovado o primeiro modelo apresentado na presente reunião, nem só textual, nem apenas tabela, porém com algumas pequenas alterações.

Ficou decidido que os documentos de apoio à reunião não necessitam serem publicados com as Atas.

Neste momento o Diretor Substituto da Setin, Ricardo Viana, solicitou que se inserisse na pauta um assunto sugerido pelo Diretor da Setin, Márcio Nisi, Implantação do assinador de documentos no segundo grau de jurisdição – AD, como extra pauta, e para tanto será chamado à presente reunião o Diretor da Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas, Oswaldo José Costa da Silva Leme. O item foi aceito como extra pauta, porém a ser analisado no final da presente reunião.

2. Priorização dos investimentos para o exercício de 2016

Passou-se então a se discutir o item do orçamento, Priorização dos Investimentos para o exercício de 2016. O Diretor Ricardo Viana esclareceu que criaram uma tabela intermediária com a especificação de cada item dos investimentos. Tomou como exemplo os computadores: como estavam distribuídos; o custo de cada um e uma observação do que entendemos ser importante para efetuar a priorização. Por esta razão montaram uma tabela que facilite a visualização do quanto poderia ser cortado do orçamento.

O Diretor da SCOF Nivaldo observou que devemos eliminar do nosso orçamento tudo o que for possível e priorizar o que é realmente mais necessário, deixando as outras demandas para eventual recurso de convênio. Como exemplo considerou o auxílio moradia, o que ainda não obtivemos recursos este ano, posto que se trata de auxílio oriundo de decisão judicial. Como atualmente não temos recurso interno para este fim, em 2015 utilizamos recurso de convênio para cobrir seu pagamento. Já para a proposta orçamentária de 2016, considerando que foi assinado convênio novo no final de 2014, o Diretor Nivaldo pretende utilizar a alocação desses convênios para despesas novas e maiores, como o Fórum da Zona Norte. Esclareceu também que o CSJT e o Ministério do Planejamento já informaram que não cobririam o auxílio moradia, para 2016 pois espera-se que o mesmo seja considerado benefício e desta forma entre no tesouro, porém não há certeza, apenas se espera.

O Diretor Ricardo Viana passou a discorrer que quando o CSJT envia recursos orçamentários para algum projeto, nós compensamos do orçamento do TRT, porém, considerando que neste ano até o presente momento não tivemos nenhuma definição do que irão descentralizar, devemos criar prioridades dos gastos, dentro dos critérios considerados pela SCOF, qual seja, Prioridade zero - imediata, prioridade 1 - para primeiro semestre de 2016 e prioridade 2 – segundo semestre de 2016.

Passou-se então a análise de item por item do orçamento:

Item 34

34.1 – Renovação de equipamentos que perderão a garantia a partir de abril/2016 até o primeiro trimestre de 2017 (lotes 1061 a 1070): um terço prioridade 1 e dois terços prioridade 2;

34.2.1 -Criação de novas Varas restantes da Lei nº 12.427); 34.2.2 (Pje 2016 – Criação de auto atendimento, e 34.2.3 -Pje – Criação de novo Fórum em SP: prioridade zero;

34.2.4 - Reserva para futuras demandas e 34.2.5 - Reserva Técnica: prioridade 2;

Item 22 – Prestação de serviços de subscrição de servidor de aplicação de JBoss por 36 meses. Viana esclareceu que se trata de softwares que suportam as aplicações JBoss e que a TI fez um projeto para adquirir licença com suporte.

O Diretor Ricardo Viana esclareceu ainda que separaram em dois subitens, Pacotes do Plano Nacional (CSJT) relativo ao (Pje) e Pacotes a serem utilizados pelo Tribunal.

Pacote Nacional, itens 22.1; 22.2; 22.3 e 22.4: prioridade 2

Pacote do TRT, itens 22.1; 22.2; 22.3 (que vence em agosto de 2016): prioridade 1;

Item 40 – Aquisição de terminais de videoconferência (itens 40.1 a 40.6): Prioridade 2;

Item 35 - Aquisição de Multifuncional Laser A4

35.1 – Renovação de equipamentos sem garantia 2016 – Lote 5055: prioridade 2;

35.2 – Renovação de equipamentos sem garantia 2016 – Lote 5057: prioridade 2;

35.3 – Criação de novas varas restantes da Lei nº 12.427: prioridade zero;

35.4 – Pje 2016 – Criação de novo Fórum em SP: prioridade zero;

35.5 – Reserva para futuras demandas: prioridade 2;

35.6 – Reserva técnica: prioridade 2;

Item 27 – Aquisição de Impressora Laser A4. Itens 27.1 a 27.3: prioridade 2;

Item 41 – Aquisição de ultrabooks (itens 41.1 a 41.5): Dr. Antero observou que na hipótese de novos cargos devem usar critério de redistribuição de equipamentos, conforme decisão de ata 3/2015, lembrando que a previsão é de que nenhum Juiz Substituto tome posse esse ano. O Diretor Ricardo Viana esclareceu que Ultrabook não há reserva. prioridade 2;

Item 38 – Aquisição de Scanner A4

38.1: Renovação de garantia 2016 - Lote 6508 - prioridade 2;

38.2: Renovação de garantia 2016 - Lote 6509 - prioridade 2;

38.3: Criação de novas varas, restantes da Lei nº 12.427 - prioridade zero;

38.4: Pje 2016 - Criação de um novo fórum em SP - prioridade zero;

38.5: Pje 2016 - Criação de Autoatendimento - prioridade zero;

38.6: Reserva para futuras demandas - prioridade 2;

38.7: Reserva técnica - prioridade 2;

Item 33 – Aquisição de Monitores Adicionais para criação de varas.

33.1: Criação de novas varas, restantes da Lei nº 12.427 - prioridade zero;

33.2: Pje 2016 - Criação de Autoatendimento - prioridade zero;

33.3: Reserva para futuras demandas - prioridade 2;

33.4: Reserva técnica - prioridade 2;

33.5: Renovação de equipamento sem garantia 2016 - Lote 7077 - prioridade 2;

33.6: Renovação de equipamento sem garantia 2017/1º Trim - Lote 7079 - prioridade 2;

33.7: Pje 2016 - Criação de novo fórum em SP (Zona Norte) - prioridade zero.

Item 14 – Aquisição de Unidades de Fita LTO-6 para backup, para criação de novas varas. Diretor Ricardo Viana esclareceu que se trata de robô de fita de backup, para primeiro e segundo grau, que vence em setembro de 2016. Considerando tratar-se de item de segurança, decidiram tratar-se de prioridade 1;

Item 83 – Aquisição de soluções diversas. Como consta da planilha que o Comitê pode diminuir este valor da forma que julgar conveniente, Dra. Jucirema deliberou pela sua exclusão do orçamento, posto que considera que não deva ser uma atribuição do Comitê deliberar sobre gastos. O Diretor Ricardo Viana esclareceu que se trata de uma reserva a ser deliberada pelo Comitê sem destinação específica, de um valor gerenciável para demandas emergenciais, conforme deliberado pelo CTI em reuniões anteriores. Os Desembargadores solicitaram que a Setin traga na próxima reunião do CTI a Ata da mencionada reunião, bem como que o valor seja reduzido para R\$ 200.000,00: prioridade 1.

Item 46 – Aquisição de Software de Business Intelligence (BI), ferramenta para captura de dados: prioridade 1.

<i>Id</i>	<i>Pendência</i>	<i>Responsável</i>	<i>Prazo</i>
	<i>Trazer ata que faz referência que o item 83 (Aquisição de soluções diversas) é atribuição do Comitê</i>	<i>Seção de Governança da Tecnologia da Informação</i>	<i>15.06.2015</i>

Neste momento o Desembargador Paulo Mota e o Diretor Nivaldo retiraram-se do recinto.

3. Análise dos Projetos do PDTI

Em seguida foi discutido o segundo item da pauta, Análise dos Projetos do PDTI. Os status dos projetos foram revisados e apresentado um gráfico com os quantitativos de projetos em cada situação.

Dos vinte e cinco projetos que foram finalizados, foram definidas três situações: aqueles que são considerados finalizados e com todos os documentos em ordem; aqueles finalizados mas que ainda há documentos formais a serem produzidos e assinados e aqueles onde é necessário identificar claramente a entrega do projeto como evidência de finalização.

Em relação a todos os demais projetos que estejam em andamento ou ainda não iniciados, foi definido que a cada reunião seriam trazidos os documentos correspondentes para aprovação e assinatura.

<i>Id</i>	<i>Pendência</i>	<i>Responsável</i>	<i>Prazo</i>
	<i>Trazer projetos nas próximas reuniões do CTI, gradativamente.</i>	<i>Seção de Governança da Tecnologia da Informação</i>	<i>15.06.2015</i>

4. Extra- Pauta - Implantação do assinador de documentos no segundo grau de jurisdição

O Diretor Oswaldo informou que para primeiro grau, o AD1, que basicamente é utilizado pelo Gabinete, em que disponibilizaria esses documentos para o magistrado assinar em lote, automaticamente já estaria no acervo, ressaltando que todo documento que vai para o acervo vai

para internet (atas, despachos, sentença, termos de conciliação, acórdão), porém as consultas são separadas. Poderia aproveitar o projeto do AD1 para disponibilizar o AD2, renomeando-o para os gabinetes (posto que o AD2 são documentos assinados pela Presidência).

Foi observado pela Diretora Inês que documento constante do site, agora com assinatura eletrônica, tem validade como documento oficial.

Dr. Antero questionou se é possível no momento da assinatura fazer sua publicação (AD e DOE) das decisões interlocutórias e terminativas, posto que a divulgação no AD tem força de documento oficial. O Diretor Oswaldo ficou de estudar, bem como preencher a ficha e trazer para o Comitê na próxima reunião (duas etapas) e depois vai para a Presidência para ciência e aprovação.

<i>Id</i>	<i>Pendência</i>	<i>Responsável</i>	<i>Prazo</i>
	<i>Preencher a Ficha de Solicitação de Demanda para submeter ao CTI</i>	<i>Diretor da Coord. De Desenvolvimento de Sistemas Oswaldo</i>	<i>15.06.2015</i>

5. Compliance

Em seguida foi discutido o Compliance. Dr. Antero questionou se temos uma política definida. Diretor Ricardo Viana informou que não temos, apenas internamente, espera-se fazer isto com este projeto.

Dra. Jucirema questionou os casos nos quais constam "não adota" e os quais os critérios adotados na tabela trazida, posto que da maneira exposta não consegue analisar. Solicitou que a Setin traga cada dados concretos para o Comitê analisar, com proposições com levantamento de como era e como está, elencando o que não adota, o que mudou de 2014 até o presente momento, e o que nada mudou será discutido com previsão do que poderá ser feito para 2016. O assunto foi adiado para a próxima reunião.

<i>Id</i>	<i>Pendência</i>	<i>Responsável</i>	<i>Prazo</i>
	<i>Trazer dados atualizados quanto aos quesitos adota e não adota do projetos</i>	<i>Seção de Governança da Tecnologia da Informação</i>	<i>15.06.2015</i>

6. Migração do Samba nos Gabinetes

Ficou definido que se divulgue a questão da migração, inicialmente nos gabinetes que já tem os computadores trocados, antes do início do expediente, das 9h00 as 10h00 e das 10h00 as 11h00.

<i>Id</i>	<i>Pendência</i>	<i>Responsável</i>	<i>Prazo</i>
	<i>Começar a migração do Samba nos Gabinetes das 9 a 10h00 e das 10 as 11h00</i>		

O Diretor Ricardo Viana sugeriu uma reunião no dia 25 de junho, as 13h00 para se discutir o

organograma do SETIN, alterações elaboradas no organograma apresentado pela Empresa Veli, na qual o Diretor da Setin Márcio estará presente, aceito pelos Desembargadores referida reunião.

Dr. Paulo e Dr. Roberto fizeram uma visita à estrutura da Setin, conhecendo data center e storage. O Diretor Ricardo Viana questionou se haveria interesse dos demais Desembargadores em conhecer. Deixaram para agendar esta visita futuramente.

A próxima reunião do CTI foi marcada para o dia 15 de junho de 2015, às 13h30.

Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada pela Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves e, para constar, foi lavrada a presente ata.



DESEMBARGADORA JUCIREMA MARIA GODINHO GONÇALVES
COORDENADORA DO COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



DESEMBARGADOR ROBERTO BARROS DA SILVA



DESEMBARGADOR ANTERO ARANTES MARTINS



DESEMBARGADOR PAULO JOSÉ RIBEIRO MOTA



DESEMBARGADORA CÂNDIDA ALVES LEÃO